



Superintendência Estadual de Promoção da Paz



ANEXO 4

CONTRATO Nº /2013 – SEPAZ/RO

(Habilitação e pré-qualificação procedida a partir do Edital de Credenciamento n.º 001/2013 – SENAD/MJ)

Processo nº XXXXXXXXXXXXXXXX-XX.

Contrato de prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa.

O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **Superintendência Estadual de Promoção da Paz - SEPAZ**, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.050.982/0001-42, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 654 - Bairro Caiari – Porto Velho/RO – CEP 76.801-170, neste ato representado pelo Superintendente Estadual de Promoção da Paz, Senhora MARIA DA PENHA DE SOUZA MENEZES, nomeada através de Decreto datado de 14/06/2012, publicado no DOE nº 1996, de 19/06/2012, portadora da Carteira de Identidade n.º 109114/SSP/RO e inscrita no CPF/MF sob o n.º 162.628.752-04, domiciliada e residente em Porto Velho-RO, doravante denominada CONTRATANTE, e XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX/XX, CEP XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX, e inscrito no CPF sob o n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado em XXXXXXXXXXXXXXXX, têm, entre si, acordados os termos deste Contrato, objeto da Habilitação procedida a partir do Edital de Credenciamento nº 001/2013-SEPAZ, mediante inexigibilidade de licitação fundamentada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, consoante consta do Processo n.º 025.0001/2013, sujeitando-se à Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, bem como às demais normas correlatas, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, conforme demanda específica e condicionada à disponibilidade de créditos no orçamento da Superintendência Estadual de Promoção da Paz - SEPAZ, o sob a funcional programática 08.244.2049.1142 – Apoiar Medidas de Acolhimento e de Políticas Sobre Drogas; observados os detalhamentos técnico e operacional, especificações e condições constantes do Edital de Credenciamento n.º 001/2013 – SEPAZ/RO, e seus anexos, bem como da habilitação e pré-qualificação da CONTRATADA, que se constituem em parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

1. Os serviços de acolhimento destinam-se a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento, por período prolongado, do ambiente no qual se iniciou/desenvolveu/estabeleceu o uso/dependência de substância psicoativa, como o crack e outras drogas.



2. A utilização dos serviços de acolhimento contratados tem caráter essencialmente voluntário, ressalvados os casos previstos em lei.
3. Os serviços destinam-se ao atendimento da demanda local dos municípios do Estado de Rondônia, devendo ser prestados de acordo com a disponibilidade de créditos.
4. A disponibilidade de serviços ofertados para contratação deve estar limitada a até 50% da capacidade de ocupação da contratada, não ultrapassando o total de 60 (sessenta) vagas por público específico.
5. Não poderá ser exigido qualquer tipo de contrapartida financeira, ou em bens, da pessoa acolhida e/ou de seus familiares quando da utilização dos serviços contratados no âmbito deste instrumento.
6. Cada pessoa com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa poderá ser acolhida, pelas entidades contratadas, pelo período máximo de doze meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Das obrigações da contratada.

Além das obrigações estabelecidas nas normas que regem este instrumento, são obrigações da entidade contratada:

- 1.1. Nortear as ações de cuidados por proposta de acolhimento individualizada;
- 1.2. Realizar avaliação diagnóstica prevista no artigo 16 da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n.º 29, de 30 de junho de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, antes do acolhimento;
- 1.3. Comunicar, de maneira formal e imediata, ao Conselho Tutelar local e ao Juizado da Infância e Juventude, o acolhimento de adolescentes, assim como qualquer intercorrência prevista na RDC 29/2011 - ANVISA, em seu artigo 21;
- 1.4. Garantir a integralidade da atenção à saúde da pessoa acolhida, seja por meio de articulação com a rede do Sistema Único de Saúde – SUS, seja com recursos próprios;
- 1.5 Não praticar ou permitir ações de contenção física, isolamento ou qualquer restrição à liberdade da pessoa acolhida;
- 1.6. Comunicar Formalmente aos familiares ou ao responsável pela pessoa acolhida, qualquer uma das intercorrências descritas no artigo 21 da RDC 29/2011-ANVISA (alta terapêutica; desistência; desligamento e evasão); assim como a Superintendência Estadual de Promoção da Paz - SEPAZ.
- 1.7. Articular junto à Superintendência Estadual de Promoção da Paz - SEPAZ a preparação para a alta e o processo de reinserção social da pessoa acolhida;



Superintendência Estadual de Promoção da Paz



1.8. Informar à pessoa acolhida e/ou responsável, as normas da entidade, bem como o caráter gratuito do serviço prestado, o que deverá ser consignado em Termo de Adesão, conforme o modelo constante do Anexo 5 (cinco) deste edital;

1.9. Preservar como direitos da pessoa acolhida conforme estabelece a RDC 29/2011-ANVISA;

a. Assistência integral em saúde, incluindo a busca de atendimento junto ao Sistema Único de Saúde, quando necessário;

b. Visitação de familiares, conforme rotina da entidade;

c. Acesso aos meios de comunicação que permitam contato com familiares durante o acolhimento, conforme rotina da entidade;

d. Privacidade, uso de vestuário próprio e de objetos pessoais.

1.10. Manter as mesmas condições requeridas na fase de habilitação.

1.11. Informar à SEPAZ, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao respectivo mês, a relação das pessoas que utilizaram efetivamente os serviços, na forma disciplinada para prestação de tais informações;

1.12. Encaminhar à SEPAZ a nota fiscal/fatura e a relação das pessoas acolhidas nos termos deste contrato, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao respectivo mês, devidamente assinada pelo responsável pela entidade;

1.13. Permitir o acompanhamento da execução dos contratos, diretamente, pela SEPAZ, e, indiretamente, pelos conselhos ou gestores locais de políticas sobre drogas e/ou por empresa contratada para esse fim, sem prejuízo da atuação das instâncias de auditoria e fiscalização, e do controle social.

2. Das obrigações da contratante.

Além das obrigações estabelecidas nas normas que regem este instrumento, são obrigações da entidade contratante:

2.11. Efetuar o pagamento relativo aos serviços prestados por mês, até quinze dias úteis após o ateste da nota fiscal/fatura;

2.12. Acompanhar a execução dos contratos diretamente e/ou indiretamente, por meio dos conselhos locais de políticas sobre drogas e/ou por empresa contratada para esse fim, sem prejuízo da atuação das instâncias de auditoria e fiscalização, e do controle social.

Subcláusula primeira - Para processamento do pagamento, a entidade deverá encaminhar à SEPAZ a nota fiscal/fatura e a relação das pessoas acolhidas nos termos deste contrato, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao respectivo mês, devidamente assinada pelo responsável pela entidade.



Superintendência Estadual de Promoção da Paz



Subcláusula segunda - Na hipótese de atraso na entrega da relação dos acolhidos no mês, por parte da entidade, ficará o pagamento da nota fiscal/fatura correspondente suspenso até a sua regularização.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

1. O valor anual estimado do presente contrato é de R\$ ()

2. Os preços a serem pagos pela prestação dos serviços de acolhimento serão:

I. R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), por mês, por serviços de acolhimento de adulto de ambos os sexos;

I. R\$ 800,00 (oitocentos reais), por mês, por serviços de acolhimento de adolescentes de ambos os sexos;

II. R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), por mês, por serviços de acolhimento de mulher gestante e mãe nutriz acompanhada do lactente.

Subcláusula primeira - Os valores devem fazer face à integralidade dos custos de acolhimento, tais como hospedagem, alimentação, cuidados de higiene e atividades contempladas no projeto terapêutico.

Subcláusula segunda - O valor a ser pago será proporcional à quantidade de dias em que os serviços de acolhimento foram efetivamente prestados durante o mês pelo valor mensal estabelecido para cada público definido nas letras “a” e “b” desta cláusula, observadas as demais normas estabelecidas pelo CONTRATANTE.

Subcláusula terceira – Os preços, quando verificada a necessidade e a disponibilidade de créditos, serão reajustados por meio de portaria editada pela Superintendência Estadual de Promoção da Paz .

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos ocorrerão mensalmente, até quinze dias úteis após o ateste da nota fiscal/fatura.

2. A nota fiscal/fatura deve ser encaminhada à SEPAZ, para processamento do pagamento, juntamente com a relação das pessoas acolhidas nos termos deste contrato, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao respectivo mês, devidamente assinada pelo responsável pela entidade.

3. Os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato, após cada período mensal de prestação dos serviços, contados do final do período de adimplemento, no prazo de até cinco dias úteis a partir da data de assinatura da ordem bancária respectiva.



Superintendência Estadual de Promoção da Paz



Subcláusula Primeira - O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Subcláusula Segunda - Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida sem rasuras, em letra legível, em nome da CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.050.982/0001-42, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência, constando da discriminação dos serviços o nome do usuário acolhido, a data do início do acolhimento, o período de acolhimento objeto da nota fiscal.

Subcláusula Terceira – Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas de Pequeno Porte (SIMPLES) deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições estabelecidos na legislação em vigor.

Subcláusula Quarta - A nota fiscal/fatura correspondente deverá ser encaminhada pela CONTRATADA ao endereço especificado a seguir, e será atestada e liberada para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas neste instrumento:

Governo de Rondônia
Secretaria Estadual de Promoção da Paz
Rua duque de Caxias, nº 654 – Bairro Caiari -
CEP 76.801-170
Porto Velho - Rondônia

Subcláusula Quinta - Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será restituída à CONTRATADA e o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Subcláusula Sexta – No caso de eventual atraso de pagamento, provocado exclusivamente pela Administração, mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida nesta Cláusula, até a data do efetivo pagamento, pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP$, onde:

IPCA = Percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

AF = Atualização financeira;

VP = Valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste;

N = Número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.



Superintendência Estadual de Promoção da Paz



Subcláusula Sétima – Os pagamentos serão realizados após comprovação da regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Federal mediante consulta on-line ao sistema SICAF e/ou sites oficiais ou mediante a apresentação da respectiva documentação.

Subcláusula Oitava - Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

Subcláusula Nona - O pagamento efetuado pela CONTRATANTE não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

Subcláusula décima - No caso de atraso na entrega da relação dos acolhidos no mês, por parte da entidade, ficará o pagamento da nota fiscal/fatura correspondente suspenso até a sua regularização.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada mediante termo aditivo, se verificada a necessidade e com vantagens para a CONTRATANTE na continuidade do contrato, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento correrão a conta da funcional programática do Governo do estado de Rondônia, pela fonte 100, alocado no programa de trabalho da área fim 2049 ação 1142, elemento de despesa 33.90.39.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada diretamente pela CONTRATANTE e/ou indiretamente, por meio de conselhos ou gestores de políticas sobre drogas e/ou por empresa contratada para esse fim, sem prejuízo da atuação das instâncias de auditoria e fiscalização, e do controle social.
2. A CONTRATANTE designará representantes da Administração, titular e suplente, para realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato, o qual registrará as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando o saneamento das desconformidades apontadas.
3. A existência e a atuação de acompanhamento e de fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES



Superintendência Estadual de Promoção da Paz



1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

1.1. advertência;

1.2. multa, de 5% do valor do contrato celebrado com inexigibilidade de licitação;

1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Subcláusula Primeira – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na legislação vigente, inclusive responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente, nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, e serão registradas no SICAF.

Subcláusula Segunda – A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira – O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

Subcláusula Quarta – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Ordenador de Despesa da CONTRATANTE, devidamente justificado.

Subcláusula Quinta – A CONTRATADA que falhar ou fraudar na execução deste Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Sexta – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENUNCIAÇÃO E DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de trinta dias ou rescindido em razão das



Superintendência Estadual de Promoção da Paz



hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 1993, em especial quando caracterizada a subcontratação total ou parcial dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que, depois de lido e achado de acordo, é assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma pelas partes Contratantes, tendo sido arquivado com registro de seu extrato e dele extraídas as cópias necessárias.

Porto Velho, XX de XXXXXXXX de 2014.

MARIA DA PENHA DE SOUZA MENEZES

Secretaria Estadual de Promoção da Paz

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal da contratada